

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

FORO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

2ª VARA CÍVEL

RUA ABDO MUANIS, 991, 1º ANDAR, NOVA REDENTORA - CEP

15090-140, Fone: (17) 3233-7818, São José do Rio Preto-SP - E-mail:

riopreto2cv@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**Processo Digital nº: **1029394-58.2020.8.26.0576**Classe - Assunto **Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos**

Requerente: \_\_\_\_\_

Requerido: \_\_\_\_\_

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Sandro Nogueira de Barros Leite**

Vistos.

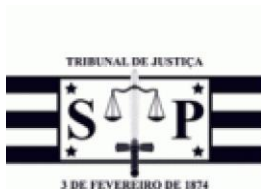
\_\_\_\_\_ ajuizou a presente AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE c/c RESCISÃO CONTRATUAL c/c RESTITUIÇÃO DE VALORES PAGOS c/c PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA em face de \_\_\_\_\_, sustentando, em síntese, que o requerido acabou convencendo o requerente a converter R\$50.000,00 em Bitcoin (BTC) e transferi-lo para uma carteira virtual que guarnecem as criptomoedas de sua propriedade. Todavia, o autor por várias vezes indagou sobre a patente adquirida, mas o requerido sempre desconversava, se evadia, e até mesmo ignorava as perguntas do requerente. Informa que por esta razão tentou desistir do negócio e reaver o seu dinheiro, sem sucesso. Requer a restituição dos valores investidos pelo autor, devidamente corrigidos, bem como, a condenação do requerido ao pagamento de indenização por danos morais. Juntou documentos.

Deferida a gratuidade. Indeferido o pedido de tutela de urgência (fls. 107/109).

Citado, o requerido apresentou contestação. No mérito, alegou que o requerido não é uma seguradora de investimentos e tudo que o requerente fez foi de livre e espontânea vontade. Alega que existiu um plano arquitetado e má fé por parte do requerente, buscando auferir vantagens ilícitas e enriquecimento sem causa que ambos, ou seja, requerente e requerido fazem seus investimentos e sempre foi por sua total conta em risco, pois é assim no mercado de investimento e o autor tem plena ciência disso. Por fim, impugnou a gratuidade concedida ao autor. Requer a improcedência dos pedidos autorais. Juntou documentos.

Houve réplica (fls. 174/184).

Intimadas a especificarem provas, as partes se manifestaram às fls. 204/206 e

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO****FORO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO****2ª VARA CÍVEL****RUA ABDO MUANIS, 991, 1º ANDAR, NOVA REDENTORA - CEP 15090-140, Fone: (17) 3233-7818, São José do Rio Preto-SP - E-mail: riopreto2cv@tjsp.jus.br****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

207/208.

**É o relatório.****DECIDO.**

Processo em ordem, que se desenvolveu em obediência a princípio do contraditório e da ampla defesa. Não há nulidade a reconhecer nem irregularidade a suprir.

Desnecessária a produção de outras provas, visto que devidamente instruído o processo, motivo pelo qual passo ao julgamento antecipado da lide.

Acolho a impugnação ao benefício da justiça gratuita apresentada pelo Requerido. De fato, para operar em bolsa de valores, necessário manter dinheiro em corretora. Não se desincumbiu em demonstrar a sua inexistência. Demais disso, todas as conversas colacionada nos autos, demonstra que o Autor tem liquidez suficiente para arcar com as custas e despesas processuais.

Deverá recolher as custas iniciais em 10 dias, pena de inscrição na dívida ativa.

Quanto ao pedido de justiça gratuita ao Requerido, fica indeferida. O mesmo se declara empresário e nas mesmas conversas encartadas nos autos entre as partes, deixa claro que possui condição de arcar com as custas e despesas processuais.

**No mérito, a pretensão é procedente.**

Independente dos motivos periféricos (relativos à filha do Requerido e quem deu início às conversas), fato é que autor e réu firmaram acordo, sem instrumento formal escrito, porém com mensagens trocadas por aplicativo de mensagem, além de conversas verbais, por meio do qual a parte autora transferiu a quantia descrita na inicial, contudo, diante da falta de informações mais aprofundadas sobre o negócio, desistiu do negócio.

Também em tratativas extrajudiciais, a parte ré, em que pese muito contrariado, até aceitou em verificar uma forma de devolver o dinheiro à autora (fls. 68), mas a situação não foi resolvida.

Em contestação, a parte requerida também não deixa nada claro sobre referida



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

FORO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

2ª VARA CÍVEL

RUA ABDO MUANIS, 991, 1º ANDAR, NOVA REDENTORA - CEP

15090-140, Fone: (17) 3233-7818, São José do Rio Preto-SP - E-mail:

riopreto2cv@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

patente investida pela parte autora e as razões efetivas de não conseguir devolver o dinheiro investido. Tudo é muito vago, sem precisão, contrariando princípios basilares do direito contratual, a exemplo de deveres de informação. O valor investido foi alto e, conquanto não tenha andado bem a parte autora em promover esse volume de transação bancária apenas na base da confiança, a falta de clareza no acordo e as omissões que permaneceram, inclusive, em sede de contestação, dão guarida para sustentar o pedido de restituição dos valores pagos pela parte autora, a fim de que seja evitado o enriquecimento sem causa de uma das partes, especialmente porque não houve sequer prestação de contas sobre o valor transferido pela parte autora.

Em suma, o numerário foi transferido do Autor para o Réu, para retorno futuro que ninguém explicou nos autos. O Autor pretende que o valor seja restituído, sendo este direito seu.

Não há que se falar em relação de consumo, pois ninguém explicou a contento sobre o negócio. Também não é possível acolher a tese de restituição em bitcoin.

Por tais considerações, **JULGO PROCEDENTE** a pretensão aduzida por \_\_\_\_ em face de \_\_\_\_, para condena-lo ao pagamento de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) em favor do autor, devidamente corrigidos desde o desembolso, de acordo com a tabela prática de atualização dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo, além dos juros moratórios, no importe de 1% ao mês, da citação.

Sucumbente, arcará a parte requerida com as custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios, ora fixados em 10% do valor da condenação.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

São José do Rio Preto, 14 de junho de 2021. P.I.C.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**